

BAHIA

JARDIM ARMAÇÃO A venda do antigo Centro de Convenções da Bahia (CCB) deve impulsionar a revitalização da região onde o imóvel está localizado. O novo empreendimento será construído pelo consórcio Pilar Incorporação e Construção Imobiliária, vencedor do leilão realizado nesta segunda-feira (20).

Abandonado há anos, o antigo equipamento contribuiu para a desvalorização da área e provocava preocupação entre os moradores. Com a venda, a esperança é que o novo projeto transforme a imagem da localidade, aumente a segurança e valorize os imóveis próximos.

É o que espera Lília Fortuna, moradora do Jardim Armação. Segundo ela, a venda renovou a esperança dos moradores de que os problemas provocados pelo abandono sejam resolvidos.

“Com a venda do espaço, acredito que essas questões (do abandono) serão sanadas, dando mais segurança aos moradores próximos, além da valorização do bairro. Imagino que o novo empreendimento construído no local valorizará bastante a região, além de mudar completamente a imagem daquele espaço, tornando mais bonito, seguro e agradável”,



MARINA SILVA/ARQUIVO CORREIO

Novo empreendimento irá revitalizar região do Centro de Convenções

Com a negociação do Centro de Convenções, a expectativa é que a área seja revitalizada e valorizada

ressaltou.

O antigo Centro de Convenções foi leiloado por R\$ 138,4 milhões. O valor de venda foi definido pela Caixa Econômica Federal, responsável pela elaboração do laudo de avaliação do imóvel.

A disputa ocorreu em formato híbrido, com participação eletrônica, por meio do site da leiloeira oficial, e presencial, no auditório do Espaço Crescer, localizado no mesmo

prédio da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (Saeb), no Centro Administrativo da Bahia.

O pagamento poderá ser feito em dez parcelas mensais, com entrada de 5% à vista. A empresa vencedora terá prazo máximo de 16 meses para desmontar o an-

tigo equipamento e realizar a limpeza da área. O imóvel leiloado possui extensão total de 116,7 mil metros quadrados, sem considerar a Área de Preservação Permanente (APP).

De acordo com a Saeb, a venda foi autorizada pela Lei Estadual nº 14.386/2021, aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). O processo foi conduzido pela leiloeira oficial Lorenna Vita Varjão de Jesus, escolhida por sorteio.

Pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada, poderiam participar do leilão, de forma isolada ou em consórcio, ressalvadas as exceções previstas no edital. Para isso, era necessário realizar credenciamento prévio no site da leiloeira oficial.

A empresa vencedora teve 24 horas para pagar 5% do valor do lance como sinal, por meio de depósito ou transferência bancária. Também teve que pagar a comissão da leiloeira, correspondente a 1,5% do valor da arrematação.

A Saeb informou ainda que o arrematante terá oito meses para desmontar o equipamento e mais oito meses para limpar o terreno, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital.

VENDEDORA ESTUPRADA SERÁ INDENIZADA

DECISÃO Uma vendedora de uma loja de bijuterias de Salvador conseguiu na Justiça do Trabalho o reconhecimento da rescisão indireta do contrato após denunciar ter sido vítima de assédio sexual e, posteriormente, de estupro praticado pelo segurança que prestava serviços no estabelecimento. A decisão foi confirmada, por unanimidade, pela Quinta Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT-BA), que também manteve a condenação da empresa ao pagamento de R\$ 15 mil por indenização. Ainda cabe recurso.

Segundo a trabalhadora, o segurança fazia comentários de cunho sexual e insistia em convites para manter relações. Entre as frases atribuídas a ele estavam elogios como “gostosa” e afirmações que ela era o tipo de mulher que ele gostava.

De acordo com o relato apresentado no processo, o episódio mais grave aconteceu no início de 2025, após o fechamento da loja. A vendedora contou que aguardava um carro por aplicativo quando, em razão da chuva, o segurança sugeriu que ela esperasse em um beco ao lado do estabelecimento, onde ficava a residência dele.

Ela afirma que, no local, voltou a ser assediada e teve o celular e a mochila levados para dentro da casa do homem. Em seguida, segundo seu depoimento, foi obrigada a manter relação sexual.

PM que matou esposa policial queimou o celular da vítima

FEMINICÍDIO O policial militar João Marcelo Araújo Hermans, acusado de matar a esposa, a cabo da PM Celeste Martins Oliveira do Nascimento, com um tiro na cabeça em Salvador, queimou o celular da vítima e o colocou dentro de um saco plástico com água após o crime, segundo a denúncia do Ministério Público da Bahia recebida pela Justiça.

Para os investigadores, a atitude indica uma tentativa de alterar a cena do crime e dificultar a produção de provas. Na decisão, o juiz destaca que há indícios de que, após efetuar o disparo contra a companheira, o policial “inovou artificialmente o estado de lugar e de coisa, queimando o celular da vítima e colocando em um saco plástico contendo água”.

Por esse motivo, além de responder por feminicídio qualificado, Hermans também foi denunciado por fraude processual. O magistrado recebeu a denúncia apresentada pelo Ministério Público por entender que há materialidade do crime e indícios suficientes de autoria. Na mesma decisão, manteve a prisão preventiva do policial, afirmando que permanecem os fundamentos que justificam a medida.

Segundo o documento, a gravidade do caso é evidenciada pelo modo de execução do crime, já que João

Marcelo teria efetuado um disparo de arma de fogo na parte superior da cabeça da vítima, recurso que teria dificultado qualquer possibilidade de defesa. O crime aconteceu na tarde de 3 de julho, no apartamento onde o casal morava, no Edifício Mirabeau Sampaio, no bairro do Barbalho, em Salvador. Celeste Martins Oliveira do Nascimento foi encontrada morta dentro do imóvel.

Após o crime, João Marcelo Araújo Hermans se apresentou espontaneamente ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), acompanhado de uma advogada. Ele foi preso em flagrante, e a prisão foi convertida em preventiva durante audiência de custódia.

Celeste e o marido atuavam na área de inteligência da Polícia Militar da Bahia. A cabo era lotada na estrutura da Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA). Na época, a SSP-BA classificou o caso como feminicídio, lamentou a morte da policial e afirmou que acompanharia as investigações, reforçando o compromisso com o enfrentamento à violência contra a mulher.

A Polícia Militar também manifestou pesar e informou que adotaria as medidas administrativas cabíveis. João Marcelo passa agora à condição de réu.

CARGA RECUPERADA

R\$ 180 MIL

foi o valor da carga de aparelhos eletrônicos recuperados em Salvador. Entre os materiais apreendidos estavam dezenas de iPhones, um notebook da Apple e outros produtos furtados, em uma loja no município de Entre Rios.

Quatro clínicas odontológicas são interditadas por condições sanitárias

SAÚDE Quatro clínicas odontológicas de Salvador foram interditadas durante a Operação Sorriso Seguro, deflagrada ontem. A ação verifica as condições sanitárias das unidades, a atuação dos responsáveis técnicos, o cumprimento da legislação consumerista, sanitária e profissional, além de cumprir mandados judiciais de busca e apreensão para coletar provas. Foram interditadas duas clínicas no Largo do Tanque, uma em Plataforma e outra em São Caetano. Em Sussuarana, o centro de esterilização de uma clínica também foi interditado, e os proprietários foram notificados para sanar as irregularidades constatadas. Ao todo, foram fiscalizados 12 estabelecimentos, entre consultórios e clínicas localizados nos bairros de Paripe, Periperi, Plataforma, São Caetano, Sussuarana, Mata-tu de Brotas, Centro, Tancredo Neves e Boca do Rio.

A operação é resultado de um inquérito instaurado pela Delegacia de Defesa do Consumidor (Decon), que investiga possíveis crimes contra as relações de consumo, lesão corporal culposa e irregularidades relacionadas à prestação de serviços envolvendo uma rede de clínicas odontológicas que atua na capital baiana.

De acordo com as investigações, há indícios de falhas na prestação dos serviços, além de possíveis irregularidades sanitárias e éticas. O inquérito também apura indícios de práticas como publicidade enganosa, indução do consumidor a erro, descumprimento da oferta e outras condutas que podem configurar crimes.

Durante a operação, foram realizadas inspeções técnicas para análise de prontuários, documentos, licenças, registros dos responsáveis técnicos e das condições de funcionamento das clínicas.